

Leitora 3: E qual é o problema hoje?

Leitora 4: *(Ler com calma e repetir, se for preciso, para que todas entendam).*

No último **Grito da Terra Brasil**, a Contag protestou contra o Dr. Rosinha dizendo que ele não ouvia a Contag. Isso chegou no ouvido da burguesia e eles foram ao presidente da Câmara dos Deputados, o “Severino”, pedir que a reforma da previdência dos rurais fosse entregue para a Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara Federal, presidida pelo Ronaldo Caiado, fazendeiro e presidente da UDR. O Severino tirou a reforma da comissão do Dr. Rosinha e passou para o Caiado, e este indicou a também fazendeira, deputada Kátia Abreu, do PFL, também ligada à UDR. Isso significa que a raposa está cuidando do galinheiro.

Leitora 5: Com isso, a Contag, e no Rio Grande do Sul a Fetag, ficaram preocupadas, pois agora o projeto corre sérios riscos. Tudo que o MMC vinha alertando está acontecendo, o projeto foi para as mãos da burguesia. Precisamos estar atentas e preparadas para nos mobilizarmos e ir para a rua se for preciso.

Atenção:

- ▶ **Se o grupo não conseguir responder as dúvidas, é possível entrar em contato com a secretaria.**
- ▶ **Não podemos ter dúvida. Precisamos perguntar para podermos ajudar esclarecer nossas vizinhas. Precisamos ficar atentas.**

Fortalecer a luta, em defesa da vida!

Movimento de Mulheres Camponesas - Rio Grande do Sul

Rua Moron, 2832 - Bairro Boqueirão - 99010-035 - Passo Fundo - RS

Fone/Fax: (54) 312 4392 - E-mail: mmcrs@via-rs.net



Material de apoio para os grupos de base
do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul

Tema:

Previdência Pública, Universal e Solidária

Ambientação: Preparar um ambiente com a bandeira do movimento, flores, bloco de notas. Preparar uma mística que fale das conquistas do movimento em relação à previdência, destacando o bloco de notas, salário maternidade, aposentadoria da mulher, etc.

Coordenadora: Companheiras, na década de 80, pastorais, movimentos sociais, sindicais e principalmente o movimento de mulheres iniciaram um processo de luta por uma nova constituição brasileira, que tornasse lei os direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Com esta mobilização tivemos grandes avanços e um deles foi a conquista da **Previdência Pública Universal e Solidária** que garanta a proteção a todas as pessoas nos momentos de dificuldade em suas vidas.

Agora em 2005 somos convidadas a novamente discutirmos este tema, pois estão querendo tirar os direitos que conquistamos com muita luta. Acompanhem este encontro com um pouco da história desta conquista e o que está acontecendo hoje.

Leitora 1: Vamos voltar um pouco na história. Em 1971, o governo criou um programa de assistência ao trabalhador rural: o PRÓ-RURAL, financiado pelo FUNRURAL (2,5% da comercialização e 2,4% da folha salarial das empresas urbanas). Este programa beneficiava o trabalhador homem por idade de 65 anos, para aposentadoria, por invalidez, e auxílio doença com o valor de meio salário mínimo, porque era considerado uma ajuda para a família. As mulheres só adquiriam o direito com a morte do marido.

Leitora 2: Neste período as mulheres não eram consideradas trabalhadoras. Com muita luta conseguimos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, além da Previdência Pública Universal e Solidária e a condição de Segurada/o Especial para as/os trabalhadoras/os agricultoras/es.

Para conversar:

► Quem viveu este período? Contar para as outras como foi, o que lembra.

Leitora 1: Mas o que significou a conquista da Previdência Pública Universal e Solidária? E o que quer dizer dentro da previdência rural a condição de seguradas(os) especiais que nós agricultoras(es) temos?

Leitora 2: É simples. A previdência pública, universal e solidária é a garantia de que as pessoas terão seus direitos mínimos garantidos, como: salário maternidade, auxílio doença, acidente de trabalho, auxílio reclusão, aposentadoria, para as mulheres aos 55 e para os homens aos 60 anos, independente de sua possibilidade de pagar ou não, e quem pode mais, paga mais. Por isso é dita solidária. A condição de segurada(o) especial nos garante esses direitos somente com a comprovação da nossa atividade de trabalhadoras(es) rurais.

Leitora 3: É importante dizer que nós, as(os) seguradas(os) especiais, cumprimos um papel importante para o país que é a produção de alimentos. E mais, o governo não tem gastos (custos) de infra-estrutura como esgoto, água, luz, calçamento, etc. com as(os) camponesas(es). Por isso mesmo, quando não podemos contribuir, não podem dizer que damos prejuízo para a previdência.

Leitora 4: A burguesia que governou este país e que ainda manda no governo, nunca aceitou estes direitos que as(os) trabalhadoras(es) conquistaram. E já houve várias tentativas de tirá-los. Com as trabalhadoras(es) urbanas(os) conseguiram, pois abriu a livre negociação com seus patrões. Isso porque eles querem privatizar a previdência, ou seja, vender para seguradoras multinacionais. Uma destas tentativas foi em 1999. Fernando Henrique Cardoso colocou na Câmara dos Deputados um projeto que tirava o direito de segurados especiais.



Nós teríamos que comprovar a **contribuição** para nos aposentarmos e não mais **comprovar a atividade de trabalhadora rural**. Com o acampamento das mulheres, no 8 de março de 2000, em Brasília, nós fizemos o FHC retirar o projeto da câmara.

Leitora 5: Após isso, a Contag elaborou um projeto com intenção de ampliar os direitos dos trabalhadores e fez um abaixo-assinado para garantir este projeto. Um dos artigos do projeto dizia que tinha trabalhador que poderia pagar para ganhar mais que um salário mínimo. Isso motivou muitas(os) a colocar seu nome nesse abaixo-assinado, o que coloca em risco nossos direitos. O movimento de mulheres e outras entidades, quando ficaram conhecendo o projeto, foram contra este artigo, por entenderem que isso tiraria a condição de seguradas(os) especiais e todos os benefícios que isto traz, além de abrir uma grande possibilidade de privatização da Previdência.

Leitora 6: Se perdermos a condição de segurados especiais, cerca de 77% das(dos) trabalhadoras(es) deixariam de acessar os direitos previdenciários, porque não conseguiriam pagar. Principalmente as mulheres, porque se a família tivesse possibilidade de contribuir para uma pessoa, essa pessoa seria o homem. Além disso, se privatizar a previdência, o governo não tem mais nenhum compromisso em amparar o povo, na doença, na velhice, etc. só terá direito quem pagar.

Para conversar:

► Nós entendemos qual é a proposta da Contag e porque ela nos prejudica?

Leitora 1: Quando o governo Lula assumiu, o movimento de mulheres camponesas apresentou uma proposta para ampliar direitos para muitas pessoas que ainda não têm, por exemplo, quebraadeiras de coco, ribeirinhas, etc. Mas mantendo a Previdência Pública Universal e Solidária e também a condição de Seguradas(os) Especiais.

Leitora 2: Lula nomeou o Deputado Dr. Rosinha do PT/PR (relator da Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados) e o Secretário de Previdência Rural do Ministério da Previdência para juntar os 20 projetos relacionados à previdência rural que existem na câmara em um só Projeto Lei. Entre estes 20 está o projeto da Contag e também as propostas do MMC.

A previdência é nossa, ninguém tira ela da roça!